

www.pwc.com.br

IHS Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A. e Controladas

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
IHS Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da IHS Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



IHS Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.



IHS Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5



Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2

IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023				31.12.2024	31.12.2023		
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	4	97.328	94.689	106.603	103.739		69.275	93.773	69.341	93.655
Aplicações financeiras vinculadas	4,1	-	106.032	-	106.032		3.076	2.094	3.076	2.094
Contas a receber	5	85.245	70.066	85.452	70.252		15.977	17.742	16.289	18.360
Impostos a recuperar	6	10.277	18.539	10.748	22.593		5.892	6.946	6.017	7.112
Adiantamentos	7	21.700	38.482	22.579	41.755		-	43.949	-	43.949
Transações com partes relacionadas	20	14.024	13.982	14.024	13.982		138.966	104.916	139.274	106.128
Despesas antecipadas		5.516	2.886	5.659	3.113		34.881	3.773	34.881	3.773
Total do ativo circulante		<u>234.090</u>	<u>344.676</u>	<u>245.065</u>	<u>362.146</u>		<u>56.199</u>	<u>47.831</u>	<u>56.500</u>	<u>47.831</u>
NÃO CIRCULANTE										
Outros créditos	7	320.852	236.192	321.144	236.451		1.368.035	1.179.727	1.368.035	1.179.727
Contas a receber	5	144.385	131.063	144.385	131.063		-	-	6.019	3.818
Transações com partes relacionadas	20	-	13.982	-	13.982		3.869	2.121	3.869	2.121
Impostos a recuperar	6	34.136	27.778	34.136	27.778		147.510	120.433	147.510	122.362
Imposto de renda diferido	25	391.080	259.462	391.287	263.155		<u>1.376.351</u>	<u>1.185.908</u>	<u>1.376.351</u>	<u>1.185.908</u>
Investimentos	10	56.644	86.837	-	-		<u>2.895.765</u>	<u>2.488.189</u>	<u>2.901.784</u>	<u>2.493.936</u>
Imobilizado	8	1.492.960	1.249.077	1.516.068	1.294.299					
Intangível	9	1.671.872	2.197.185	1.671.872	2.198.399					
Direito de uso de arrendamento	19	<u>2.229.602</u>	<u>2.319.715</u>	<u>2.258.795</u>	<u>2.347.000</u>		2.765.985	2.765.985	2.765.985	2.765.985
Total do ativo não circulante		<u>6.341.531</u>	<u>6.521.291</u>	<u>6.337.687</u>	<u>6.511.447</u>		<u>(698.016)</u>	<u>8.878</u>	<u>(698.016)</u>	<u>8.878</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>6.575.621</u>	<u>6.865.967</u>	<u>6.582.752</u>	<u>6.873.593</u>		<u>6.575.621</u>	<u>6.865.967</u>	<u>6.582.752</u>	<u>6.873.593</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
CIRCULANTE										
Fornecedores	11									
Adiantamentos de clientes	12									
Obrigações trabalhistas	13									
Impostos a recolher	14									
Empréstimos	16									
Outras provisões	15									
Transações com partes relacionadas	20									
Passivos de arrendamento	19									
Total do passivo circulante										
NÃO CIRCULANTE										
Empréstimos	16									
Transações com partes relacionadas	20									
Provisão para riscos trabalhistas, civis e previdenci	17									
Provisão para desmobilização	18									
Passivos de arrendamento	19									
Total do passivo não circulante										
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social	21									
Ajuste de avaliação de patrimonial	21									
Reservas de capital										
Reserva de lucros										
Prejuízo acumulado										
Total do patrimônio líquido										
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA LÍQUIDA	22	548.096	586.889	551.170	605.169
Custos dos serviços prestados	23	(275.772)	(203.878)	(274.169)	(212.782)
LUCRO BRUTO		<u>272.324</u>	<u>383.011</u>	<u>277.001</u>	<u>392.387</u>
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	23	(774.888)	(179.925)	(791.988)	(193.597)
Equivalência patrimonial	10	(7.976)	(1.905)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	23	20.372	43.540	20.222	43.283
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL		<u>(490.168)</u>	<u>244.721</u>	<u>(494.764)</u>	<u>242.073</u>
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(490.168)</u>	<u>244.721</u>	<u>(494.764)</u>	<u>242.073</u>
RECEITAS FINANCEIRAS	24	24.903	57.963	25.471	66.333
DESPESAS FINANCEIRAS	24	(373.247)	(379.911)	(370.032)	(384.627)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(838.512)</u>	<u>(77.227)</u>	<u>(839.325)</u>	<u>(76.221)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25	131.618	(104.914)	132.431	(105.920)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(706.894)</u>	<u>(182.141)</u>	<u>(706.894)</u>	<u>(182.141)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$	21	<u>(0,40)</u>	<u>(0,10)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(706.894)	(182.141)	(706.894)	(182.141)
Item que será reclassificado subsequentemente para o resultado: Ajuste conversão demonstrações financeiras controladas no exterior	162	(175)	162	(175)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(706.732)</u>	<u>(182.316)</u>	<u>(706.732)</u>	<u>(182.316)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Transações de capital	Reserva Legal	Outras reservas de capital	Reserva de Lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022									
Aumento de capital	21								
Valor Justo - Efeito capitalização dos empréstimos	21					1.019.704			1.019.704
Incorporação						418.642			418.642
Outros resultados abrangentes			(175)					(182.141)	(175)
Prejuízo do exercício							(182.141)	182.141	(182.141)
Transferência entre reservas									
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023									
Reflexo de incorporação	21	2.765.986	8.128	92.328	10.054	1.171.381	8.878	-	4.056.755
Outros resultados abrangentes			162			5.567			5.567
Prejuízo do exercício							(8.878)	(706.894)	162
Transferência entre reservas								8.878	(706.894)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024									
		2.765.986	8.290	92.328	10.054	1.176.948	-	(698.016)	3.355.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IHS BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do exercício	(706.894)	(182.141)	(706.894)	(182.141)
Ajuste para conciliar o lucro/prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	359.282	253.420	369.148	259.647
Baixa do ativo imobilizado e direito de uso	168.260	31.768	170.243	31.767
Provisão de valor recuperável dos ativos (impairment)	437.931	-	437.931	-
Equivalência patrimonial	7.976	1.905	-	-
Impostos diferidos	(131.618)	104.800	(132.431)	105.806
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.382)	13.816	(1.382)	13.816
Receita diferida	97.233	-	97.233	-
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmobilização	16.809	13.411	14.880	12.970
Provisão para riscos	1.748	1.029	1.748	1.029
Juros sobre empréstimos	181.168	223.425	182.744	223.425
Variações despesas financeiras de arrendamento	163.575	118.095	164.254	122.109
Variação cambial sobre empréstimos	-	(44.882)	-	(44.882)
Outras provisões	34.050	71.795	33.146	72.369
Outros	4.010	(169)	3.432	(176)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(124.352)	(26.351)	(123.630)	(10.113)
Impostos a recuperar	1.904	(2.775)	9.786	(1.657)
Adiantamentos e outros créditos	(67.878)	(170.803)	(65.517)	(169.494)
Despesas antecipadas	(2.630)	(1.630)	(2.546)	(639)
Partes relacionadas	13.940	(27.964)	13.940	(27.964)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(24.498)	61.402	(25.057)	57.192
Adiantamentos de clientes	982	(108.610)	982	(137.205)
Obrigações trabalhistas	(1.765)	6.985	(2.071)	5.542
Impostos a recolher	(1.054)	25	(1.095)	(1.660)
Partes relacionadas	-	(1.573)	(1.478)	3.546
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	426.797	334.977	437.366	333.282
Juros pagos	(152.197)	(94.332)	(152.197)	(94.332)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	274.600	240.645	285.169	238.950
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamento por aquisição de investimentos	-	(45.329)	-	(45.329)
Movimentações em conta de caixa restrito	106.032	(106.032)	106.032	(106.032)
Caixa oriundo de incorporação	-	59.426	-	-
Caixa oriundo da venda de investimento	23.936	-	-	-
Pagamentos de bens para o ativo imobilizado	(343.961)	(377.991)	(331.698)	(394.534)
Pagamentos de bens para o intangível	708	5.392	708	4.212
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(213.285)	(464.534)	(224.958)	(541.683)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	-	-	-	45.329
Captações de empréstimos	300.000	1.202.559	300.000	1.202.559
Captações de empréstimos partes relacionadas	31.108	-	33.201	1.299
Pagamento de arrendamento mercantil	(205.172)	(155.816)	(205.936)	(167.423)
Pagamento de empréstimos partes relacionadas	-	(0)	-	(9.479)
Pagamento principal empréstimos	(184.612)	(812.168)	(184.612)	(812.168)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(58.676)	234.575	(57.347)	260.117
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.639	10.686	2.864	(42.617)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	94.689	84.003	103.739	146.356
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	97.328	94.689	106.603	103.739
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.639	10.686	2.864	(42.617)
Informações adicionais:				
Transações que não impactam caixa				
Adição ativo de direito de uso	240.409	226.350	240.792	248.403
Adição de passivo de arrendamento	(240.409)	(226.350)	(240.792)	(248.403)
Adição de ativo imobilizado de desmobilização	10.268	35.274	10.268	35.157
Provisão/reversão de desmobilização,net	(10.268)	(35.274)	(10.268)	(35.157)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A IHS BRASIL - Cessão de Infraestruturas S.A. ("IHS" ou "Companhia" ou "controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado que teve suas operações iniciadas em 12 de novembro de 2012 e tem sede na cidade de São Paulo, capital. A IHS e suas controladas ("Grupo" ou "consolidado"), têm como objeto social a: (i) cessão de infraestruturas metálicas, de concreto ou outras similares não interligadas, de sua propriedade, a terceiros para que estes instalem, operem e mantenham equipamentos de transmissão, retransmissão, receptores e câmeras, por qualquer meio, para telecomunicações, ou a qualquer outra Entidade ou veículo de comunicação; (ii) aquisição, locação ou arrendamento de imóveis urbanos e/ou rurais; e (iii) participação em outras Entidades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista.

A Companhia executa contratos com clientes para a construção de "sites" na modalidade BTS ("*Built to Suit*") e opera a gestão para construção dos "sites" próprios.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contratos para cessão de infraestrutura concentrados com 26 clientes do setor de telecomunicações, que representam 100% da receita.

1.1 – Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por leis complementares ("LC"). Aprovado na Câmara dos Deputados em 10 de julho, o projeto chegou ao Senado no dia 22 de julho, e em regime de urgência, onde deveria ser lido em plenário no mês de agosto 2024, com prazo de mais 45 dias para ser aprovado. No entanto, em 04 de outubro, foi retirado o caráter de urgência da aprovação, sem prazo definido para votação. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins e IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos ICMS e ISS.

Foi também criado um imposto seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição, de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por leis complementares. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

1.2. Ambiente Macroeconômico e conflito geopolítico

A deterioração global das condições econômicas pode nos afetar adversa e materialmente, bem como aos nossos clientes, através de interrupções, entre outras coisas, na capacidade de adquirir equipamentos de comunicação ou outros suprimentos através das cadeias de suprimentos

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

usuais. Por exemplo, podem ocorrer escassez de capacidade de transporte marítimo, o que pode afetar o fluxo suave das cadeias de suprimentos dos nossos e/ou dos nossos clientes, aumentar os custos de transporte e/ou diminuir a confiabilidade. A deterioração global das condições econômicas também pode afetar adversa e materialmente a capacidade de nós e/ou dos nossos clientes de manter liquidez e implementar capital de rede, com potenciais quedas no consumo contribuindo para riscos de liquidez, ou até mesmo através de intervenções regulatórias ou pressão sobre preços e serviços oferecidos que podem reduzir a receita por períodos de tempo. Quaisquer dificuldades financeiras resultantes poderiam resultar em contas a receber incobráveis ou redução da receita, apesar de termos fornecido mais serviços. Dificuldades resultantes na cadeia de suprimentos ou operacionais (incluindo acesso ao local) também podem resultar na nossa incapacidade de cumprir as metas dos acordos de nível de serviço sob nossos MLAs. A perda de inquilinos significativos, ou a perda de toda ou parte da nossa receita contratada antecipada de certos inquilinos, poderia ter um efeito adverso material sobre nossos negócios, condições financeiras e/ou resultados operacionais.

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e continua envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam nossos negócios.

A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento.

1.3 Processo de recuperação judicial da Oi e seus impactos

O cliente Oi S/A concluiu em 2024 um processo de reestruturação na justiça brasileira. A Oi S/A listou inicialmente, na petição de recuperação judicial, entre outras empresas de torres e outros fornecedores, valores relativos a contratos existentes com a IHS Brasil.

Este processo de recuperação judicial foi oficialmente aprovado pelas autoridades locais no primeiro trimestre de 2024, com anuência da IHS, com os seguintes termos que impactam diretamente os recebíveis da IHS:

- a) Referente aos anos de 2024 e 2025 estabeleceu 20% de desconto, o que resulta em perda de receita por parte da IHS. Durante todo o exercício de 2024 a IHS aplicou mensalmente o desconto de 20% mencionado na recuperação judicial.

Estabeleceu, também, uma métrica de diferimento para 60% da receita, onde os recebíveis/receita serão pagos até junho de 2027, ou até que ocorra a venda de determinados ativos por parte da OI, o que ocorrer primeiro.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

E, por fim, estabeleceu que 20% da receita recorrente deve ser paga pela OI de forma mensal e habitual. Não há pendências de pagamento por parte da OI referente a esta parcela de 20% do total dos serviços prestados.

b) Referente ao período de Jan-2026 à Jun-2027, a recuperação judicial estabeleceu 35% de desconto, que resulta em perda por parte da receita da IHS e, estabeleceu também, 65% de pagamentos correntes.

c) Após-Jun-2027, conforme determina a recuperação judicial, toda e qualquer relação entre IHS e OI estará encerrada, incluindo o contrato de direito de uso e exploração das torres e terrenos.

Como resultado dos termos acordados, tivemos que reduzir o valor contábil do grupo de unidades geradoras de caixa (UGC) da IHS para seu valor recuperável e, no primeiro trimestre de 2024, reconhecemos uma desvalorização de R\$ 437 milhões na rubrica de ágio. Adicionalmente, conforme nota explicativa 19, para uma parcela do portfólio referente ao contrato de direito de uso de torres e terrenos assinado com a Oi, os prazos remanescentes de amortização foram reduzidos para 2,5 anos até junho de 2027 e, tendo em vista que esta alteração de prazo modifica as condições anteriores de direito de uso (modificação do período de leasing, que, conforme contrato apresentavam prazo original de vencimento em 2053), foi registrada uma baixa de direito de uso de terrenos e torres no montante total de R\$142 milhões.

A Oi está cumprindo com todas as obrigações do seu plano de recuperação judicial com a IHS. Adicionalmente, a Oi está prosseguindo com a venda de ativos nos termos do seu plano de recuperação judicial.

Acordo de compra e venda entre Oi e IHS e conclusão do processo de autorização:

Em novembro de 2024, o termo de autorização foi aprovado pela Agência Brasileira de Telecomunicações e a Oi passa a operar em regime privado (Autorização). Anteriormente, a Oi operava em regime de concessão e era obrigada a atender às necessidades específicas da agência de telecomunicações e projetos de desenvolvimento.

Como resultado da aprovação do processo de autorização, e seguindo os trâmites dos termos da recuperação judicial, a Oi e IHS assinaram um acordo de compra e venda em dezembro de 2024 onde após o atendimento das condições precedentes mencionadas abaixo, por ambas as partes, a OI deve transferir a propriedade de 1.562 torres e 187 terrenos para a IHS, sendo que 1.091 destas torres estão alocadas em terrenos de terceiros. As partes envolvidas formalizaram em 13 de março de 2025, após o atendimento de todas as condições precedentes, o fechamento desta transação e a efetivação legal da transferência dos ativos.

Condições precedentes

As obrigações de cada uma das Partes de consumir a Operação ficam sujeitas ao cumprimento de condições precedentes, das quais podemos citar principalmente: (i) pela Compradora, a obtenção de todas as autorizações prévias (ou waivers) de terceiros, necessárias para a efetivação da Operação; assinatura do termo de rescisão do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; constituição da SPE Imóveis e Torres Selecionados; (ii) pela vendedora, que as

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

declarações e obrigações assumidas tenham permanecidas verdadeiras e cumpridas em seus aspectos relevantes, respectivamente.

Uma vez cumpridas e verificadas (ou dispensadas, conforme aplicável) as Condições Precedentes, qualquer uma das Partes envia notificação por escrito à outra Parte, informando que as Condições Precedentes foram cumpridas e verificadas e disponibilizando os documentos comprobatórios aplicáveis para fins de convocá-la para realização do Fechamento.

1.4 Mudanças climáticas

Existem riscos climáticos inerentes onde quer que os negócios sejam conduzidos. Algumas de nossas instalações, incluindo nossas Torres, bem como a infraestrutura de terceiros na qual confiamos, estão localizadas em áreas que já experimentaram, e continuam a experimentar, vários fenômenos meteorológicos (como seca, ondas de calor, incêndios, tempestades e inundações, entre outros) ou outros eventos catastróficos que podem interromper nossas operações ou as de nossos fornecedores, causar danos ou perdas às nossas Torres ou outros ativos, limitar a disponibilidade de recursos, resultar em custos adicionais, atrasar ou impedir a conclusão de projetos em certos locais, ou de outra forma impactar negativamente nossos negócios, condição financeira e/ou resultados operacionais.

As mudanças climáticas podem aumentar a frequência e/ou intensidade de tais eventos. As mudanças climáticas também podem contribuir para várias mudanças crônicas no ambiente físico, como a elevação do nível do mar ou mudanças nos padrões de temperatura ou precipitação, que também podem impactar negativamente nossas operações ou as de nossos fornecedores. Ocasionalmente nas quais operamos que dependem da geração de eletricidade através de esquemas hidrelétricos, por exemplo. Se os padrões climáticos em mudança causarem escassez de água ou secas prolongadas nessas regiões, isso pode afetar nossa capacidade de entregar serviços aos nossos clientes. Embora possamos tomar várias ações para mitigar os riscos comerciais associados às mudanças climáticas, isso pode nos obrigar a incorrer em custos substanciais e pode não ter sucesso, devido, entre outras coisas, à incerteza associada às projeções de longo prazo associadas à gestão do risco climático. Na medida em que os eventos catastróficos se tornem mais frequentes, isso também pode impactar negativamente a disponibilidade ou o custo do seguro.

Além disso, esperamos estar sujeitos a riscos associados a esforços sociais para mitigar ou responder às mudanças climáticas, incluindo, mas não se limitando às regulamentações aumentadas, expectativas de partes interessadas em evolução e mudanças na demanda do mercado.

CONTINUIDADE OPERACIONAL

Em 31 de dezembro de 2024, o balanço patrimonial da controladora e do consolidado apresentam capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 90.176 e R\$ 80.313, respectivamente (em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido positivo de R\$ 23.652 e R\$ 39.244, respectivamente). A Administração entende não haver risco de continuidade operacional, visto que parte substancial dos passivos se referem a adiantamento de clientes. Adicionalmente, a Administração prevê a geração de caixa decorrente das operações normais em montante

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo do Grupo. Muito embora esteja apresentando prejuízo nos anos anteriores, as projeções futuras indicam um cenário de lucratividade.

MOVIMENTAÇÃO SOCIETÁRIA OCORRIDA NO ANO DE 2024

Conforme informado na nota explicativa 10, em 1 de maio de 2024, a Administração anunciou a conclusão da venda das operações do Peru para a SBA Communications. O valor de venda de tais operações foi determinado com base em múltiplos do EBITDA e totalizou o valor de R\$ 23.936. Tal processo de venda gerou um ganho de R\$1.059, frente ao saldo dos investimentos registrados na data da venda.

A principal razão para a venda foi a necessidade de concentrar os recursos e esforços da empresa em mercados onde possui uma posição mais consolidada e maior potencial de crescimento. A operação no Peru, apesar de promissora, representava uma fração menor do portfólio global da IHS Towers.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado em contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para emissão e divulgação em 28 de março de 2025.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia elaboradas no encerramento do exercício de cada exercício social. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

As transações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos e os ganhos não realizados nessas operações, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidência de uma perda do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das Companhia e das seguintes controladas:

	CIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL - %	
	2024	2023
Controladas:		
San Gimignano Imóveis e Adm.	100	100
IHS Towers Colômbia	100	100
IHS Towers Peru(*)	-	100
Wi-fi Mundial Ltda.	100	100

(*) A empresa IHS Towers Peru, conforme nota explicativa 1, foi vendida durante o exercício social de 2024.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

A controlada IHS Towers Colômbia possui como sua moeda funcional o Peso Colombiano e a IHS Towers Peru possui como sua moeda funcional o Nuevo Sol Peruano. As informações financeiras destas subsidiárias foram convertidas para Reais para a consolidação e apresentação destas demonstrações financeiras.

Na controladora e nas controladas, os ativos e passivos de operações em moeda diferente da moeda funcional são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras pela taxa de conversão vigente na data da transação e, posteriormente são convertidos para moeda funcional às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As diferenças são apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas são convertidas para reais às taxas de câmbio apuradas na data das demonstrações financeiras apresentadas, e as receitas e despesas são convertidas para reais às taxas médias de câmbio apuradas no período. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

2.5. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos. As principais estimativas contábeis referem-se ao cálculo da provisão para desmobilização, a vida útil dos bens do ativo imobilizado, estimativas associadas ao cálculo de "impairment", alocação do preço de compra de combinação de negócios, provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas foram consideradas principais por possuírem aspecto qualitativo relevante.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das Demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização.

b) Aplicações financeiras vinculadas

A Companhia e suas controladas mantêm aplicações financeiras vinculadas e restritas para cumprir obrigações contratuais referentes à emissão das debêntures.

c) Contas a receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando há indícios de perdas esperadas pela Companhia no montante a receber devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

d) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição/construção, acrescido dos custos de desmobilização, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), se aplicável. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas mencionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Torres, " <i>rooftops</i> ", sistema de antenas distribuídas (DAS) e " <i>smallcells</i> "	10 - 20
Móveis e utensílios	3
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	3
Equipamentos de comunicação	5
Benfeitoria em bens de terceiros	10 - 20

Os valores contábeis do ativo imobilizado são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso exista tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda o seu valor recuperável estimado.

Durante o exercício de 2024 a Companhia revisou as vidas úteis de seu ativo imobilizado, e não identificou necessidade de alteração das mesmas.

e) Ativos intangíveis e ágio

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio surge na aquisição de negócios e representa o excesso da contraprestação transferida, o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Se o total da contraprestação transferida, a participação não controladora reconhecida e a participação anteriormente mantida mensurada pelo valor justo for menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente no resultado ou perda.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa ("UGCs"), ou grupos de UGCs, que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o ágio é alocado representa o nível mais baixo dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna. O goodwill é monitorado ao nível do segmento operacional. As revisões de redução do valor recuperável do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem uma possível redução no valor recuperável. O valor contábil da UGC que contém o ágio é comparado ao valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de alienação. Qualquer redução no valor recuperável é reconhecida imediatamente como despesa e não é posteriormente revertida.

Os ativos intangíveis relacionados à rede representam a receita futura do aluguel da capacidade excedente da torre para novos inquilinos. Os ativos intangíveis relacionados ao cliente representam contratos e relacionamentos com clientes. Os ativos intangíveis relacionados à rede e ao cliente, adquiridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Os ativos intangíveis relacionados à rede e ao cliente têm vida útil definida e são contabilizados pelo custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo da rede e dos ativos intangíveis relacionados ao cliente durante sua vida útil. Suas respectivas vidas úteis são revisadas, caso necessário ou caso haja o impacto de algum evento.

Em 31 de dezembro de 2024, foi identificada a necessidade de registro de perda no valor recuperável dos ativos intangíveis (ágio) no montante de R\$ 437.931 (sem necessidade de registro em 2023), conforme divulgado na nota explicativa 9.

f) Fornecedores

As contas a pagar correspondem ao montante das obrigações a pagar pelos bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. Estão reconhecidas pelo valor nominal dos títulos representativos dessas obrigações, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis.

g) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e previdenciários e para desmobilização

A provisão para riscos é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A provisão para desmobilização é realizada tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e "rooftops" instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma e registrar a melhor estimativa presente, do montante de recursos

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que serão necessários desembolsar quando do término dos contratos de locação. A taxa de desconto utilizada reflete a taxa de captação de empréstimo da companhia e os valores de cotação da desmobilização são atualizados pela taxa SELIC.

h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa de imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda quanto a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos, quando aplicável, são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou se o passivo for liquidado.

i) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da locação das torres e "rooftops", e com contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A receita é reconhecida mensalmente tendo como base a utilização pelo locatário dos espaços locados, bem como a validação, pelo cliente, da documentação para início do faturamento, quando o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia observa as definições de identificação de um contrato com um cliente pela ótica da norma IFRS 15 e contabiliza após cumprir com os seguintes critérios:

(a) as partes do contrato aprovaram o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas de negócios usuais) e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;

(b) a entidade pode identificar os direitos de cada parte em relação aos produtos ou serviços a serem transferidos;

(c) a entidade pode identificar os termos de pagamento para os produtos ou serviços a serem transferidos;

(d) o contrato possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e

(e) é provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos produtos ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de cobrança de um valor de contraprestação é provável, uma entidade considerará apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor de contraprestação no seu vencimento. O valor da contraprestação à qual a entidade terá direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma concessão de preço.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita é gerada em torres por locatários âncora (locatários originais nas torres) ou locatários de colocation (locatários subsequentes) quando instalam equipamentos em torres para fornecer serviços de banda larga aos seus clientes.

A Companhia determina o preço da prestação de serviço no início do contrato e considera os efeitos de obrigações de desempenho (incluindo os elementos de locação do contrato) utilizando uma combinação de dados sobre preços observáveis de acordos de serviços geridos, complementados pelo custo mais uma margem.

i.1) Receita de serviços de colocation (não locação)

Para receitas não provenientes de locação, são normalmente identificadas duas obrigações de desempenho distintas, uma relativa à operação da infra-estrutura da torre e outra relativa à prestação de serviços de manutenção e energia, sendo cada uma uma série de obrigações de desempenho para estar pronto para entregar os serviços necessários.

i.2) Receita de serviços de colocation e aluguel de espaço em terrenos para a qual a Companhia é arrendadora.

A parcela da receita de colocation e aluguel de espaço em terrenos, da qual a IHS é arrendadora, é tratada como arrendamento. Os contratos são avaliados no início para determinar se este elemento dos serviços de colocation é um arrendamento financeiro ou operacional. Atualmente, todos os acordos são avaliados como arrendamentos operacionais com receitas incluindo cláusulas fixas de escalonamento presentes em contratos de arrendamento não canceláveis, reconhecidas em uma base linear durante o prazo atual do arrendamento dos contratos de arrendamento relacionados, quando a cobrança é razoavelmente garantida.

i.3) Receita de serviços

A receita de contratos de serviços gerenciados com clientes é reconhecida quando os serviços são entregues por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses serviços.

i.4) Receita diferida

O tratamento contábil de receita diferida na IHS está exclusivamente relacionado ao processo de recuperação judicial da Oi, anteriormente contextualizado, quando ficou acordado que parte da receita, pelos termos da recuperação judicial, somente pode ser reconhecida quando houver o efeito caixa, e está condicionado a venda de ativos pela Oi, ou deverá ser paga pela Oi até junho 2027, o que ocorrer primeiro. Deste modo, a passagem da receita pelo resultado nesse momento tem um efeito econômico nulo e a tributação será aplicada quando do reconhecimento da receita efetivamente, com a baixa do passivo diferido.

j) Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado com base no prejuízo do exercício, considerando a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação pela Companhia durante o período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando os efeitos diluições e de instrumentos conversíveis em ações. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial diluições, portanto o resultado por ação básico e diluído é o mesmo.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos e passivos financeiros

Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo contas a receber e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos, sujeitos a juros.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação do método da taxa de juros efetiva.

k) Arrendamento mercantil (CPC 06 (R2))

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada dentro do contrato, a adotou como base a curva de DI-pré, aplicada a cada contrato pelo prazo remanescente deste.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber.
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início.
- O valor residual devido pelo arrendatário em garantias de valor residual.
- O preço do exercício das opções de compra de ações, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções.
- Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo de arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O ativo e passivo de arrendamento são apresentados em linhas separadas no balanço patrimonial.

Após a determinação do passivo de partida, o passivo de arrendamento é reavaliado mensalmente considerando a redução do valor contábil para refletir o pagamento de

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

arrendamento realizado, como também o recálculo dos juros pelo prazo remanescente.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Sempre que a Companhia assumir uma obrigação com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com o CPC 25. Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

A Companhia aplica o CPC 01 (R1) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao "Imobilizado".

I) Outras provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A definição de obrigação legal e obrigação não formalizada, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 25, é apresentada da seguinte forma:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

m) Normas e interpretações novas e revisadas.

Não há normas CPC ou interpretações ICPC aplicáveis à Companhia, que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre suas informações da demonstração financeira.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

- **Alteração ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.
- **Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. Não existem normas, alterações ou interpretações de normas que ainda não foram adotadas, mas que se espera que tenham um efeito significativo na entidade no período corrente e em transações futuras previsíveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	782	7.957	9.929	17.007
Aplicações financeiras	<u>96.546</u>	<u>86.732</u>	<u>96.674</u>	<u>86.732</u>
	<u>97.328</u>	<u>94.689</u>	<u>106.603</u>	<u>103.739</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a investimentos em Certificado de Depósito Bancário - CDB que possuem compromisso de recompra firme pelos bancos, atualizados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). As aplicações financeiras são de liquidez imediata e possuem prazo de carência inferior a 90 dias, sendo registradas ao custo, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

4.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras vinculadas	-	<u>106.032</u>	-	<u>106.032</u>
	-	<u>106.032</u>	-	<u>106.032</u>

O saldo de aplicações financeiras vinculadas são relacionados aos recursos obtidos através da contratação de debêntures e vinculados à sua própria liquidação. O montante vinculado é mantido em conta bancária específica, conforme definido nos contratos assinados sobre as debêntures, para utilização exclusiva para o pagamento de juros e principal das próprias debêntures.

O montante total que representa as aplicações financeiras vinculadas em 31 de dezembro de 2024 é de R\$184.611 (R\$ 106.032 em 31 de dezembro de 2023), aplicadas em títulos remunerados a 100% do CDI.

Em 2023 a Administração apresentou o saldo de aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante, em linha apartada à rubrica de caixa e equivalentes de caixa. Para a apresentação do saldo em 31 de dezembro de 2024, a Administração considerou as regras de compensação e apresentou-as líquidas à rubrica de empréstimos, uma vez que isso reflete a expectativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros a partir da liquidação

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de seus instrumentos financeiros, conforme descrito no CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, parágrafo 42:

42. O ativo financeiro e o passivo financeiro devem ser compensados, e o montante líquido apresentado nas demonstrações contábeis, quando, e somente quando, a entidade:

(a) dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido; e

(b) tiver a intenção tanto de liquidar em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Observa-se que os valores nessas contas são especificamente prometidos aos credores e, portanto, configurados para serem uma garantia que é compensada contra o passivo.

A Administração acessou os possíveis impactos relacionados à tratativa de apresentação dos saldos em 2023 e 2024 e conclui-se que não há impactos para leitura das demonstrações financeiras de ambos os períodos apresentados nesta oportunidade, visto que nenhum indicador relevante é impactado, mas trata-se exclusivamente de compensação entre saldo do ativo com passivo correlacionado. Adicionalmente, em consonância com a literatura contábil mencionada, a apresentação do saldo de aplicações vinculadas compensado com o saldo de empréstimos tem por objetivo refletir o assessment da Administração realizado durante o ano de 2024 e não significa que há tratamento contábil distinto entre os dois períodos, uma vez que a aplicação financeira vinculada, no período comparativo, estava também apresentada como restrito, ou seja, não pertencente ao grupo de caixa e equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Clientes	340.542	216.190	340.749	216.376
Diferimento Oi (**)	(97.233)	-	(97.233)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.679)	(15.061)	(13.679)	(15.061)
	<u>229.630</u>	<u>201.129</u>	<u>229.837</u>	<u>201.315</u>
Circulante	85.245	70.066	85.452	70.252
Não circulante (*)	144.385	131.063	144.385	131.063
	<u>229.630</u>	<u>201.129</u>	<u>229.837</u>	<u>201.315</u>

(*) Refere-se à extensão do prazo original de certos contratos de cessão de infraestrutura por 12 meses adicionais ao prazo original dos contratos, cujo vencimento é de longo prazo. Estes vencimentos são reajustados prospectivamente com base em índices de mercado previstos em contrato.

(**) Tal montante refere-se ao Diferimento da Oi, conforme detalhado na nota 1.3. Conforme estabelecido no processo de recuperação judicial, foi acordado entre as partes uma métrica de diferimento para 60% da receita, onde os recebíveis/receita serão pagos até junho de 2027, ou até que ocorra a venda de determinados ativos por parte da Oi, o que ocorrer primeiro.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(15.061)	(15.061)
Baixa de Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	1.382	1.382
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(13.679)</u>	<u>(13.679)</u>

(*) Tal montante refere-se à Provisão para crédito de liquidação duvidosa do cliente OI S/A que entrou durante o ano de 2023 com pedido de recuperação judicial.

A Companhia avaliou os seus recebíveis na perspectiva do CPC 48, e nesta avaliação foram considerados os seguintes fatores:

- Avaliação acerca da capacidade do cliente para cumprir suas obrigações contratuais de fluxo de caixa no curto prazo;
- Avaliação acerca de fatores econômicos que podem impactar o cliente e fazer com que ele não cumpra com as obrigações junto à Companhia;
- Avaliação sobre quaisquer valores baixados historicamente para o cliente.

A composição de contas a receber por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	80.865	57.371	81.021	58.300
Vencidas:				
De 0 a 30 dias	28.143	12.590	28.194	12.590
De 31 a 60 dias	7.895	106	7.895	106
De 61 a 120 dias	7.875	-	7.875	-
De 121 a 365 dias	27.011	-	27.011	-
Mais de 365 dias	44.368	15.061	44.368	15.061
	<u>196.157</u>	<u>85.127</u>	<u>196.364</u>	<u>86.056</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de Renda Retido na Fonte	6.355	3.945	6.543	4.075
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	9.180	-	9.180
PIS/COFINS e CSLL (*)	37.372	31.028	37.390	31.029
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social	420	420	420	420
Outros Impostos a recuperar	266	1.744	531	5.667
	<u>44.413</u>	<u>46.317</u>	<u>44.884</u>	<u>50.371</u>
Circulante	10.277	18.539	10.748	22.593
Não circulante	34.136	27.778	34.136	27.778
	<u>44.413</u>	<u>46.317</u>	<u>44.884</u>	<u>50.371</u>

(*) Refere-se a crédito decorrente de aquisição de imobilizado incorporado na aquisição da São Paulo Cinco Locação de Torres Ltda a recuperar até 2033.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. ADIANTAMENTOS E OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores	5.577	29.886	6.456	31.563
Aluguel	5.539	6.659	5.539	6.843
Antecipações contratuais (*)	292.253	221.223	292.253	221.223
Outros	39.183	16.906	39.475	18.577
	<u>342.552</u>	<u>274.674</u>	<u>343.723</u>	<u>278.206</u>
Circulante	21.700	38.482	22.579	41.755
Não circulante	320.852	236.192	321.144	236.451
	<u>342.552</u>	<u>274.674</u>	<u>343.723</u>	<u>278.206</u>

(*) Referem-se aos montantes desembolsados pela Companhia para execução de novos projetos com clientes que serão amortizados durante o período contratual. A totalidade do valor refere-se a um projeto da Companhia junto ao cliente TIM para a construção de novas torres que será amortizado durante 180 meses a medida que as torres forem sendo concluídas.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Benefitorias em Bens de Terceiros	1.189	-	-	-	-	-	-	-	1.189
Outros	3.652	-	-	-	-	-	-	-	3.652
Construções em andamento (i)	27.662	249.666	(8.014)	(199.099)	70.214	299.357	(21.167)	(272.837)	75.568
Adiantamentos a fornecedores (ii)	16.245	110.653	(5.533)	(110.090)	11.274	35.044	(3.315)	(49.636)	(6.633)
Adições por aquisição (v)	207.877	-	-	-	207.877	-	-	-	207.877
Adições por incorporação (iv)	134.747	-	-	-	134.747	-	-	-	134.747
Baixa por venda de investimento	-	-	-	-	-	-	(16.199)	-	(16.199)
Subtotal	1.256.344	417.297	(31.767)	-	1.641.873	358.165	(50.841)	(0)	1.949.196
Depreciações - Torres e rooftops	(280.222)	(63.945)	-	-	(344.167)	(87.673)	2.704	-	(429.135)
Depreciações - Outros	(1.408)	(1.999)	-	-	(3.407)	(586)	-	-	(3.993)
Total	974.714	351.353	(31.767)	-	1.294.299	269.906	(48.137)	(0)	1.516.068

(i) Referem-se ao saldo das torres, "rooftops", sistema de antenas distribuídas (DAS) e "smartcells" em construção em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(ii) Refere-se substancialmente a adiantamentos para fornecedores de estruturas (torres).

(iii) Nesta rubrica também se considera os saldos de obrigações com desmobilização das torres, que montam R\$145.848 em 2024 (R\$136.283 em 2023).

(iv) Refere-se a saldos oriundos da aquisição em março de 2022 e incorporação em agosto de 2022 da São Paulo Cinco Locação de Torres Ltda e incorporação ocorrida em fevereiro de 2023 da Centennial e Skysites. A categoria dos ativos incorporados está apresentada abaixo:

Categorias:	Abertura por categoria das adições por incorporação	
	2023	2022
Torres e rooftops	204.272	68.686
Móveis e utensílios	86	-
Terrenos	-	4.544
Total	204.358	73.230

(v) Trata-se dos saldos oriundos da aquisição via troca de ações das empresas Centennial e Polar Breeze.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. INTANGÍVEL

	Controladora			
	Ágio (ii)	Intangível relacionado ao cliente (i)	Intangível relacionado à rede (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2022	801.267	1.359.325	96.567	2.257.159
Adições por combinação de negócios	-	-	-	-
Subtotal	801.267	1.359.325	96.567	2.257.159
Impairment	-	-	-	-
Amortizações	-	(54.648)	(5.326)	(59.974)
Saldo em 31 de dezembro 2023	801.267	1.304.677	91.241	2.197.185
	Controladora			
	Ágio (ii)	Intangível relacionado ao cliente (i)	Intangível relacionado à rede (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	801.267	1.304.677	91.241	2.197.185
Adições	-	-	1.601	1.601
Baixas	-	-	-	-
Subtotal	801.267	1.304.677	92.842	2.198.786
Impairment	(437.931)	-	-	(437.931)
Amortizações	-	(84.521)	(4.462)	(88.983)
Saldo em 31 de dezembro 2024	363.336	1.220.156	88.380	1.671.872
	Consolidado			
	Ágio (ii)	Intangível relacionado ao cliente (i)	Intangível relacionado à rede (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2022	801.267	1.359.325	96.601	2.257.193
Adições	-	-	1.293	1.293
Adições por combinação de negócios	-	-	-	-
Subtotal	801.267	1.359.325	97.894	2.258.486
Amortizações	-	(54.648)	(5.438)	(60.086)
Saldo em 31 de dezembro 2023	801.267	1.304.677	92.455	2.198.400
	Consolidado			
	Ágio (ii)	Intangível relacionado ao cliente (i)	Intangível relacionado à rede (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	801.268	1.304.677	92.454	2.198.400
Adições	-	-	1.601	1.601
Baixas	-	-	-	-
Subtotal	801.268	1.304.677	94.055	2.200.001
Impairment	(437.931)	-	-	(437.931)
Amortizações	-	(85.736)	(4.462)	(90.198)
Saldo em 31 de dezembro 2024	363.337	1.218.941	89.593	1.671.872

(i) Os ativos intangíveis relacionados à rede representam a receita futura do aluguel da capacidade excedente da torre para novos inquilinos e os relacionados ao cliente representam contratos e

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relacionamentos com clientes. A vida útil remanescente dos intangíveis relacionado ao cliente e rede é de 26 e 18 anos, respectivamente, e serão amortizados de forma linear.

(ii) Ágio oriundo das aquisições de Skysites Holdings S/A e São Paulo Cinco Infraestruturas Ltda. bem como da própria Companhia IHS Brasil Cessão de Infraestruturas, tendo em vista a incorporação reversa da IHS Participações ocorrida ao final de 2021.

Determinação do valor recuperável

O valor recuperável de cada UGC foi determinado com base no modelo de valor justo menos custo de venda, o qual é determinado pelo método da receita, descontando os fluxos de caixa futuros estimados em moeda local que reflitam as expectativas atuais do mercado. As principais premissas consideradas foram:

(i) Receitas: projetadas de 2025 a 2034 considerando crescimento histórico das receitas e as projeções de inflação baseados sobre projeções macroeconômicas, sem considerar a expansão das operações;

(ii) Lucro bruto: projetando no mesmo exercício considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem das receitas;

(iii) Despesas: projetadas no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das operações e buscando ganhos de produtividade e eficiência detalhados por cada linha de custos;

(iv) Capital de giro: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da serviços prestados;

(v) Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis (Capex): foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;

(vi) Valor terminal: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;

(vii) Taxa de desconto: após os impostos. A taxa de desconto utilizada foi de 9,6% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (9,4% a.a. em 31 de dezembro de 2023); e

(viii) Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 4,4% a.a. em 31 de dezembro 2024 (4,4% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

Em 2023, não houve necessidade de registro de perda por redução ao valor recuperável, considerando as condições macroeconômicas no último ano.

Conforme descrito na nota 1.3, como resultado dos termos acordados na recuperação judicial da OI, tivemos que reduzir o valor contábil da unidade geradora de caixa (UGC) da IHS para seu valor recuperável e, no primeiro trimestre de 2024, reconhecemos uma perda por desvalorização de R\$ 437 milhões na rubrica de ágio.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. INVESTIMENTOS

	Participação no capital social - %		2024	Ações/ Quotas 2023	2024	Patrimônio líquido 2023	Resultado de equivalência patrimonial		2024	Saldo dos investimentos 2023
	2024	2023					2024	2023		
Controladas:										
San Gimignano Imoveis e Adm.	100	100	64.689	64.689	61.609	63.033	(1.424)	(697)	61.609	63.033
IHS Towers Colombia	100	100	2.507	2.507	(4.949)	(1.836)	(2.759)	(1.766)	(4.949)	(1.836)
IHS Towers Peru	-	100	-	30.731	-	25.599	(3.736)	(1.895)	-	25.599
Wi-fi Mundial Ltda.	100	100	2.782	2.782	(15)	42	(57)	(15)	(15)	42
Skysites Américas Ltda. Centennial Brasil Torresde TelecomunicacoesLtda.	-	-	-	-	-	-	-	1.407	-	1.601
Total					56.644	86.837	(7.976)	(1.365)	56.644	86.837
										<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022										<u>263.668</u>
Aumentos de capital/novos investimentos										45.329
Incorporação CTT, Sky e Polar										(220.255)
Equivalência patrimonial										(1.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2023										<u>86.837</u>
Baixa de capital/venda investimentos (i)										<u>(23.936)</u>
Equivalência patrimonial										<u>(7.976)</u>
Outros										1.719
Saldo em 31 de dezembro de 2024										<u>56.644</u>

- (i) Conforme informado na nota explicativa 1, em 1 de maio de 2024, a Administração anunciou a conclusão da venda das operações do Peru para a SBA Communications. O valor de venda de tais operações foi determinado com base em múltiplos do EBITDA e totalizou o valor de R\$ 23.936. Tal processo de venda gerou um ganho de R\$1.059, frente ao saldo dos investimentos registrados na data da venda.

A principal razão para a venda foi a necessidade de concentrar os recursos e esforços da empresa em mercados onde possui uma posição mais consolidada e maior potencial de crescimento. A operação no Peru, apesar de promissora, representava uma fração menor do portfólio global da IHS Towers.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

Balanco patrimonial sintético

Controladas

		San Gimignano		Wi-fi Mundial Ltda.		IHS Towers Peru		IHS Towers Colombia	
		Imoveis e Adm.							
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Circulante									
Ativo		11.063	8.633	66	140	-	5.877	730	792
Passivo		(544)	(601)	(86)	(98)	-	(1.155)	(1.042)	(767)
Ativo circulante	líquido	10.519	8.032	(20)	42	-	4.722	(312)	25
Não circulante									
Ativo		51.089	55.001	2	-	-	21.010	1.709	1.662
Passivo		-	--	-	-	--	(1.677)	(6.019)	(3.523)
Ativo não circulante	líquido	51.089	55.001	2	-	-	19.333	(4.310)	(1.861)
Patrimônio líquido		61.608	63.033	(18)	42	-	24.055	(4.622)	(1.836)

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores:				
Materiais e serviços	69.275	93.773	69.341	93.655
	69.275	93.773	69.341	93.655

12. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes	3.076	2.094	3.076	2.094
	3.076	2.094	3.076	2.094

O saldo de adiantamentos de clientes é composto substancialmente pelo adiantamento recebido no ano de 2024, referente à antecipação de faturamento de determinados sites, cuja expectativa de realização é de 12 meses.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	907	952	907	972
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo Serv.	293	-	293	17
Provisão para férias	4.787	4.136	4.787	4.370
Provisão de encargos sobre férias	1.259	1.273	1.259	1.345
Provisão para bônus (*)	8.731	11.381	9.043	11.656
	<u>15.977</u>	<u>17.742</u>	<u>16.289</u>	<u>18.360</u>

(*) Refere-se à provisão de bônus/participação nos resultados cujo prazo de pagamento se dá no primeiro trimestre do ano subsequente.

14. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.648	3.454	2.802	3.653
Programa de Integração Social - PIS	559	744	509	705
Imposto sobre Serviços - ISS	1.178	1.178	1.178	1.178
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	94	138	94	138
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	-	-
Impostos retidos na fonte	1.413	1.432	1.434	1.438
	<u>5.892</u>	<u>6.946</u>	<u>6.017</u>	<u>7.112</u>

15. OUTRAS PROVISÕES E OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão de consultorias	804	1.344	1.112	1.344
Passivo contingente (**)	9.933	16.583	9.933	16.583
Obrigações contratuais Projeto Crescimento (*)	128.176	86.908	128.177	86.908
Outras	52	81	52	1.293
	<u>138.966</u>	<u>104.916</u>	<u>139.274</u>	<u>106.128</u>
Circulante	138.966	104.916	139.274	106.128
	<u>138.966</u>	<u>104.916</u>	<u>139.274</u>	<u>106.128</u>

(*) Valor referente a obrigações contratuais e incentivos oriundos de contrato de construção de novas torres com o cliente Tim.

(**) Valor referente à passivo contingente oriundo da aquisição da Skysites Holdings cuja realização está prevista para 2025.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. EMPRÉSTIMOS

Modalidade	Encargos	Amortização	Controladora e Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
Debênture	Taxa pré (2,80%) e CDI	Semestral	274.459	-
Debênture	Taxa pré (3,10%) e CDI	Semestral	1.093.576	1.223.676
			<u>1.368.035</u>	<u>1.223.676</u>
			<u>Controladora e Consolidado</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2022			<u>789.720</u>	
Circulante			130.052	
Não circulante			<u>659.668</u>	
			<u>789.720</u>	
Fluxos de caixa de financiamento:				
Captações			1.200.000	
Pagamento de principal			(812.167)	
Pagamento de juros			(94.332)	
Variações que não envolvem caixa:				
Juros incorridos			137.897	
Variação monetária			2.559	
Saldo em 31 de dezembro de 2023			<u>1.223.676</u>	
Circulante			43.949	
Não circulante			<u>1.179.727</u>	
			<u>1.223.676</u>	
Fluxos de caixa de financiamento:				
Captações			300.000	
Pagamento de principal (ii)			(184.612)	
Pagamento de juros			(152.197)	
Variações que não envolvem caixa:				
Juros incorridos			186.477	
Custo de captação			(5.309)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024			<u>1.368.035</u>	
Circulante			-	
Não circulante			<u>1.368.035</u>	
			<u>1.368.035</u>	

- (i) O total deste montante, R\$184.612 refere-se ao movimento de caixa restrito sobre as debêntures que foram classificados nesta rubrica, conforme detalhado na nota explicativa 4.1.

DEBÊNTURES

Em 25 de agosto de 2023 a Companhia realizou a captação de R\$ 1.200.000.000 via emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, da espécie quirografária, a ser convolada da espécie com garantia real. os juros remuneratórios das Debêntures serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 25 dos meses de agosto e fevereiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 25 de

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fevereiro de 2024. incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de spread de 3,10% (três inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, por dias úteis. O valor captado teve como principal objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e liquidação integral do endividamento bancário existente da emissora.

Em 20 de junho de 2024 a Companhia realizou a captação de R\$ 300.000.000 via emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, da espécie quirografária, a ser convolada da espécie com garantia real. os juros remuneratórios das Debêntures serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 14 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 14 de janeiro de 2025. incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de spread de 2,80% (dois inteiros e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, por dias úteis. O valor captado teve como principal objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e liquidação integral do endividamento bancário existente da emissora.

COVENANTS

As Debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") equivalentes à manutenção da relação "Dívida líquida / EBITDA", que inicialmente não seria superior a 4 vezes nas apurações referentes aos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, e não superior a 3,50 vezes na apuração referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025, inclusive, em diante. Adicionalmente, a razão entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquida deverá ser: (i) igual ou superior a 2,00x nas apurações referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024; (ii) igual ou superior a 2,50x na apuração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (iii) igual ou superior a 3,00x nas apurações referentes aos exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2026.

Em dezembro de 2024 foi negociado um waiver com os bancos detentores das debêntures de maneira que os índices de manutenção da relação "Dívida líquida / EBITDA" passam a vigorar da seguinte maneira:

Ratios (sem considerar dividendos, mútuos, redução de capital, etc)

Covenant / Fiscal Year	2024	2025	2026	2027	2028 +
Net Debt / EBITDA	4.5x	4.5x	4.0x	4.0x	3.5x
EBITDA / Net Debt Expenses	2.0x	2.0x	2.5x	2.5x	3.0x

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente às cláusulas restritivas, que são mensuradas anualmente. Em caso de não cumprimento dos covenants os bancos e agentes fiduciários poderão exigir vencimento antecipado, mediante cláusulas contratuais. É importante mencionar que existem aplicações financeiras vinculadas para pagamento das debêntures que ao final do período de 31.12.2024 apresentam o saldo de R\$184.611 aplicadas em títulos remunerados a 100% do CDI e que estão sendo apresentadas líquidas dos saldos de debêntures, conforme detalhes apresentados na nota explicativa 4.1.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E PREVIDENCIÁRIOS

Foram constituídas provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$3.869 (R\$2.121 em 31 de dezembro de 2023) com base em processos cíveis e trabalhistas classificados como risco de perda provável, referente a danos materiais, morais e responsabilidade solidária.

A movimentação dos valores prováveis de provisões para riscos está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos		
Saldo inicial	2.121	1.092
Novas provisões	1.748	1.029
Saldo final	3.869	2.121

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem processos classificados como risco possível no montante de R\$50.806 em 31 de dezembro de 2024 (R\$32.943 em 31 de dezembro de 2023), referente a processos cíveis e trabalhistas com as naturezas descritas abaixo:

- a) Reclamações trabalhistas:
Reclamações trabalhistas decorrentes das operações habituais das entidades do Grupo, correspondem a ações trabalhistas relacionadas, em grande parte, a pedidos de pagamentos de horas extras e seus reflexos, equiparação salarial, férias e abono pecuniário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, 13º salário e banco de horas, dos quais, saldo considerado com expectativa de perda provável soma R\$2.396 em 2024 (R\$1.631 em 2023) e, saldo considerado com expectativa de perda possível soma R\$11.125 em 2024 (R\$8.300 em 2023).
- b) Processos cíveis:
Processos cíveis decorrentes das operações habituais das entidades do Grupo, correspondem a ações com os proprietários dos imóveis arrendados, dos quais, saldo considerado com expectativa de perda provável soma R\$1.472 em 2024 (R\$490 em 2023) e, saldo considerado com expectativa de perda possível soma R\$34.579 em 2024 (R\$20.181 em 2023).

As demais causas com expectativa de risco possível são de natureza tributária.

18. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO

Os contratos entre a Companhia e suas controladas e os locatários dos espaços nos quais as torres, "rooftops", sistema de antenas distribuídas (DAS) e "smallcells" estão instalados preveem que os custos de desmontagem e remoção dos itens e de restauração do local é de responsabilidade da Companhia e de suas controladas.

Dessa forma, a Companhia e suas controladas constituíram provisão para desmobilização de R\$147.510 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 122.362 em 31 de dezembro de 2023) com base nas estimativas de custos de desmobilização das torres e "rooftops", sistema de antenas distribuídas (DAS) e "smallcells" que refletem o custo presente da obrigação. A seguir apresentamos a movimentação dos saldos:

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	51.455	74.235
Provisões para desmobilização	10.030	10.030
Remensuração do passivo de desmobilização (ii)	25.244	25.127
Adições por incorporação (nota 1)	20.293	-
Juros do período (i)	13.411	12.970
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>120.433</u>	<u>122.362</u>
Provisões e remensuração do passivo de desmobilização (ii)	10.268	10.268
Juros do período (i)	16.809	14.880
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>147.510</u></u>	<u><u>147.510</u></u>

- (i) Refere-se aos juros do período que é calculado levando em consideração o custo de capital e inflação.
- (ii) Remensuração devido a alteração na taxa de desconto e inflação estimada no fluxo de caixa utilizado. A taxa utilizada foi de 14,01% (2023 – 15,11%). E, também, devido à atualização das cotações dos serviços de desmobilização atrelados ao site.

19. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Composição e movimentação dos saldos - ativo e passivo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo de direito de uso				
Saldo inicial	2.319.715	2.024.337	2.347.000	2.237.652
(+) Novos contratos e remensurações	240.409	226.350	240.792	248.403
(-) Baixa direito de uso OI (nota 1)	(142.180)	-	(140.180)	-
(+) Adições por incorporação	-	203.174	-	-
(-) Depreciação do período(iii)	(188.342)	(134.146)	(188.817)	(139.056)
Saldo em 31 de dezembro	<u>2.229.602</u>	<u>2.319.715</u>	<u>2.258.795</u>	<u>2.347.000</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo de arrendamento:				
Saldo inicial (i)	1.233.739	822.403	1.233.739	1.052.703
(+) Adições e remensurações (ii)	240.409	226.350	240.792	226.350
(+) Adições por incorporação	-	222.707	-	-
(-) Contraprestações pagas	(205.172)	(155.816)	(205.936)	(167.423)
(+) Juros incorridos (iii)	163.575	118.095	164.256	122.109
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.432.550</u>	<u>1.233.739</u>	<u>1.432.851</u>	<u>1.233.739</u>
Passivo circulante	56.199	47.831	56.500	47.831
Passivo não circulante	<u>1.376.351</u>	<u>1.185.908</u>	<u>1.376.351</u>	<u>1.185.908</u>
	<u>1.432.550</u>	<u>1.233.739</u>	<u>1.432.851</u>	<u>1.233.739</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Impactos dos arrendamentos no resultado:				
Depreciação	188.342	134.146	188.817	139.056
Juros	<u>163.575</u>	<u>118.095</u>	<u>164.256</u>	<u>122.109</u>
Total	<u>351.917</u>	<u>252.241</u>	<u>352.072</u>	<u>261.165</u>

- (i) Refere-se a contratos de arrendamentos mercantil que foram anteriormente firmados para locações de terrenos onde as torres da Companhia foram construídas. Os contratos são de 120 e 240 meses, atualizados anualmente pelos índices IGP-M ou IPCA.
- (ii) Refere-se aos novos contratos de arrendamento, bem como remensurações por

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- atualização em valores de aluguel.
- (iii) Os impactos no resultado referentes à depreciação e juros estão apresentados nas notas 23 e 24, respectivamente. A taxa média utilizada pelo Grupo para a IHS para o cálculo a valor presente foi de 10,31% por considerar que a taxa reflete o custo financeiro médio de sua operação.

Dentro do total do ativo de direito de uso há um total de R\$ 1.142.188 que se refere ao direito de uso das torres e terrenos advindos da aquisição da São Paulo Cinco Locação de Infraestruturas Ltda. que não possuem passivos de arrendamento atrelados por já terem sido quitados no momento de sua aquisição. O direito de uso dos terrenos tem prazo de amortização de 28 anos remanescentes e o direito de uso das torres tem prazo de amortização de 11 anos remanescentes. Para uma parcela do portfólio, tendo em vista a recuperação judicial da OI, mencionada na nota 1, os prazos remanescentes de amortização foram reduzidos para 2,5 anos até junho de 2027.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. PARTES RELACIONADAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

As principais transações realizadas durante o ano são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo:				
Recebíveis partes relacionadas (*)	14.024	27.964	14.024	27.964
	<u>14.024</u>	<u>27.964</u>	<u>14.024</u>	<u>27.964</u>
Circulante	<u>14.024</u>	<u>13.982</u>	<u>14.024</u>	<u>13.982</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>13.982</u>	<u>-</u>	<u>13.982</u>
	<u>14.024</u>	<u>27.964</u>	<u>14.024</u>	<u>27.964</u>
Passivo:				
Empréstimos partes relacionadas (**)	31.000	-	31.000	-
Outras contas a pagar	3.881	3.773	9.900	3.773
	<u>34.881</u>	<u>3.773</u>	<u>40.900</u>	<u>3.773</u>
Circulante	<u>34.881</u>		<u>34.881</u>	
Não circulante	<u>-</u>	<u>3.773</u>	<u>6.019</u>	<u>3.773</u>
	<u>34.881</u>	<u>-</u>	<u>40.900</u>	<u>-</u>
Resultado:				
Varição cambial moeda estrangeira	158	(44.882)	158	(44.882)
Juros	400	85.528	400	85.528
	<u>557</u>	<u>40.645</u>	<u>557</u>	<u>40.645</u>
			Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023			(24.191)	(20.373)
Recebíveis partes relacionadas			14.048	14.048
Captações			31.000	33.201
Pagamento de Juros			(1.576)	(1.576)
Movimentações entidades incorporadas			-	-
Variações que não envolvem caixa:				
Juros incorrido			1.576	1.576
Saldo em 31 de dezembro de 2024			<u>20.857</u>	<u>26.876</u>

(*) Saldo de partes relacionadas com a I-Systems oriundo da troca de tecnologia do cliente Sky.

(**) Saldo de empréstimo com partes relacionadas com a IHS Fiber Cessão, conforme contrato de mútuo de 20 de dezembro de 2024. Sobre o saldo devedor mutuado, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, juntamente com spread de 2,80% ao ano.

A remuneração da Administração no exercício de 2024 foi de R\$ 6.146 (R\$ 4.980 em 2023), a título de pró-labore.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social é de R\$2.765.986 (R\$2.765.986 em

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2023) e está representado por 1.782.714.230 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista IHS Netherlands BR B.V.

Dividendos

Não houve destinação para distribuição de dividendos nos anos de 2023 e 2024.

Outras Reservas de Capital

Em 12 de outubro de 2023, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, houve aprovação da conversão do saldo de mútuo com a entidade IHS BRBV, sendo que o valor de R\$ 1.019.703, bem como R\$418.462 relacionado ao Valor Justo da dívida, foram alocados à rubrica de outras reservas de capital.

Reserva de lucros

No período encerrado em 31 de dezembro de 2024 as reservas de lucro foram integralmente consumidas, tendo em vista o prejuízo do exercício.

Reflexo de incorporação

Refere-se ao saldo residual de mais valia oriundo das movimentações societárias de incorporação da empresa Skysites Américas no período de 2023.

Lucro por ação

O resultado básico e diluído por ação está demonstrado abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(706.894)	(182.141)
Média ponderada de ações no exercício (em milhares de ações)	1.782.714	1.782.714
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,4)</u>	<u>(0,1)</u>

22. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cessão de espaço em torres (i)	414.947	387.782	418.021	412.304
Aluguel de espaço em terrenos	190.963	259.464	190.963	255.193
(-) PIS E COFINS	<u>(57.814)</u>	<u>(60.357)</u>	<u>(57.814)</u>	<u>(62.328)</u>
	<u>548.096</u>	<u>586.889</u>	<u>551.170</u>	<u>605.169</u>

(i) Dentro deste montante total está incluída a Receita diferida referente aos 60% da receita da OI no montante de R\$97.233. Vide nota explicativa 1.

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depreciação e amortização	(359.282)	(253.420)	(369.149)	(259.647)
Despesas com pessoal	(48.064)	(53.131)	(48.650)	(58.996)

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.382	(13.816)	1.382	(13.816)
Serviços terceiros	(34.179)	(22.566)	(34.242)	(24.846)
Outras	23.052	34.438	17.921	26.269
Impairment (*)	(613.196)	(31.768)	(613.196)	(31.768)
	<u>(1.030.287)</u>	<u>(340.263)</u>	<u>(1.045.934)</u>	<u>(362.973)</u>
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(275.771)	(203.878)	(274.169)	(212.782)
Gerais e administrativas	(774.888)	(179.925)	(791.987)	(193.597)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20.372	43.540	20.222	43.406
	<u>(1.030.287)</u>	<u>(340.263)</u>	<u>(1.045.934)</u>	<u>(362.973)</u>

(*) Em 2024, refere-se ao impairment do ágio em R\$ 437.931 e à baixa do direito de uso relativo às torres e terrenos da OI, no valor de R\$ 142.000.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	24.251	12.686	24.867	14.262
Varição cambial ativa	-	45.277	-	45.177
Outras receitas financeiras	652	-	605	6.894
Subtotal	<u>24.903</u>	<u>57.963</u>	<u>25.472</u>	<u>66.333</u>
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(3.618)	(20.223)	(3.622)	(20.290)
Ajuste a valor presente - Desmobilização (*)	(16.809)	(13.411)	(14.880)	(12.970)
Juros	(188.054)	(227.625)	(189.983)	(228.668)
Despesa de juros com arrendamento	(163.575)	(118.095)	(159.449)	(122.109)
Varição cambial passiva	(595)	(189)	(1.502)	(207)
Outras	(596)	(368)	(596)	(368)
Subtotal	<u>(373.247)</u>	<u>(379.911)</u>	<u>(370.032)</u>	<u>(384.627)</u>
Resultado financeiro	<u>(348.344)</u>	<u>(321.948)</u>	<u>(344.560)</u>	<u>(318.294)</u>

(*) Refere-se à reversão do ajuste ao valor presente das provisões de desmobilizações. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração o custo de capital.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(838.512)	(77.227)	(839.325)	(76.221)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IR e CS	285.094	26.257	285.370	25.915
Equivalência patrimonial	(2.712)	(648)	-	-

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	(1.830)	(1.519)	(1.830)	(1.519)
Impairment do Goodwill	(148.897)	-	(148.897)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e (passivos) de anos anteriores reconhecido no ano corrente	382	(99.180)	382	(99.180)
Juros Intercompanhia não dedutíveis	-	(29.185)	-	(29.185)
Outros Adições e exclusões	(419)	(639)	(2.593)	(1.951)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	131.618	(104.914)	132.432	(105.920)
Alíquota efetiva	(16%)	136%	(16%)	139%

De acordo com a legislação fiscal vigente, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não estão sujeitos a prazo de prescrição, mas sua utilização está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis futuros. Conforme descrito abaixo, a Companhia decidiu por registrar imposto de renda diferido em 31 de dezembro de 2024 por haver expectativa de rentabilidade futura.

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b.) A composição dos impostos diferidos reconhecidos, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais acumulados	303.053	139.663	307.560	143.356
Provisão para demandas judiciais	683	577	683	577
Provisão para despesas correntes	6.073	15.863	6.073	15.863
Provisão para pagamento bônus	644	780	644	780
Provisão desmobilização de torres	30.673	24.107	30.673	24.107
Variação cambial	352	0	352	0
Saldo de goodwill incorporação	58.399	93.413	58.399	93.413
Valores temporários sobre incorporação (I)	14.579	(36.556)	14.579	(36.556)
Efeitos temporários CPC 06 (R2)	65.681	52.607	65.681	52.607
Depreciação fiscal de itens do imobilizado	(89.059)	(30.991)	(89.059)	(30.991)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	391.080	259.462	395.587	263.155
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	-	-	-	-
	391.080	259.462	395.587	263.155

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$27.468 refere-se a diferença temporária de taxas de depreciação fiscal e contábil e R\$13.412 refere-se a diferença temporária de provisão de despesas correntes da empresa incorporada em anos anteriores SP5 Locação de Infraestruturas Ltda. Para o período de 2024 a alocação de tais saldos está apresentada em suas respectivas rubricas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou a análise de realização dos impostos diferidos e concluiu pelo reconhecimento do montante de R\$ 391.080 por haver expectativa de rentabilidade futura nos períodos, conforme expectativa de realização demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
2028	48.773	49.335
2029	73.887	74.738
2030 à 2034	268.421	271.514

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e pelas respectivas apropriações de receitas e despesas, quando aplicável, os quais se aproximam dos valores de mercado.

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos.

Os principais riscos são os seguintes:

a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de eventual prejuízo financeiro para a Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas estabelecem uma política de crédito sob a qual a capacidade de pagamento da contraparte é analisada antes dos termos e das condições de pagamento. Adicionalmente, os instrumentos

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiros ativos estão representados por aplicações financeiras compromissadas com bancos de primeira linha e com avaliação de baixo risco de perdas ou mudança de valor, dadas as características das aplicações financeiras.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disponham de recursos suficientes para cumprir seus compromissos, em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando, assim, os riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2024, os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, além dos empréstimos/debêntures mencionados na nota explicativa nº14, estão relacionados a contas a pagar com fornecedores e obrigações trabalhistas, ambos de curto prazo e com expectativa de desembolso de caixa inferior ao período de 6 meses.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm apresentado índices de liquidez suficientes para manutenção de suas operações, para as quais a Companhia já gera caixa suficiente, e tem recebido aportes de seus acionistas para fazer frente às necessidades de investimento para desenvolvimento de seu plano de negócios.

c) Risco de mercado

Risco de mercado está relacionado a eventuais alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que poderiam impactar os negócios da Companhia e suas controladas. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era com relação as aplicações financeiras remuneradas pelo CDI e aos empréstimos e financiamentos que são atualizados com base na TJLP/SELIC. Não há instrumentos financeiros com moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 é a redução do percentual do CDI para fins de aplicações financeiras e um aumento da TJLP/SELIC para fins de empréstimos e financiamentos.

Análise de sensibilidade

Para mensurar o impacto estimado no resultado dos próximos 12 meses foi elaborada uma análise de sensibilidade em três cenários. Para fins de análise de sensibilidade foi definida como taxa do CDI em 10,88% a.a. e a taxa da SELIC em 10,38% a.a. para o cenário I, um acréscimo de 10% na taxa no cenário II e 20% no cenário III. Com base nessas definições, segue abaixo quadro da análise de sensibilidade em relação ao risco das taxas básicas de juros anteriormente informadas:

<u>Conta contábil</u>	<u>Risco</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações financeiras	Redução do CDI	96.546	10.500	11.550	12.600
Empréstimos e financiamentos	Aumento da SELIC	1.368.035	142.002	156.202	170.402

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conseqüentemente, a Companhia e suas controladas não esperam variações e exposições de risco de flutuação de caixa que pudessem impactar de forma material seus instrumentos financeiros.

d) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada abaixo:

	Categoria	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	97.328	94.689	106.603	103.739
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	-	106.032	-	106.032
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	229.630	201.129	229.837	201.315
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores	Custo amortizado	69.275	93.773	69.341	93.655
Empréstimos	Custo amortizado	1.368.035	1.223.676	1.368.035	1.223.676

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas possuem política de gerenciamento de risco com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado cobertura compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Objeto do seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Responsabilidade civil	Danos corporais, materiais e/ou morais causados a terceiros	52.165
Patrimônio imobiliário e bens móveis	Danos materiais (torres) e lucros cessantes combinados	182.578

28. RECONCILIAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos, debêntures, passivos de arrendamento e outros de curto prazo	56.199	91.780	56.500	91.780

IHS BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos, debêntures, passivos de arrendamento e outros de longo prazo	2.744.386	2.365.635	2.744.386	2.365.635
Total da dívida	2.800.585	2.457.415	2.800.886	2.457.415
Caixa e equivalentes de caixa	(97.328)	(94.689)	(106.603)	(103.739)
Dívida líquida	<u>2.703.257</u>	<u>2.362.726</u>	<u>2.694.283</u>	<u>2.353.676</u>

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

As partes envolvidas formalizaram em 13 de março de 2025 a efetivação legal da transferência dos ativos após o atendimento de todas as condições precedentes. Nesta oportunidade, a OI S.A. – em recuperação judicial - formaliza a transferência de 100% (cem por cento) das ações da SPE Imóveis e Torres selecionados mediante dação em pagamento de parte dos Créditos detidos pela IHS Brasil – Cessão de Infraestruturas S.A. A informação foi divulgada pela companhia em Comunicado ao Mercado, em continuidade ao Fato Relevante publicado em 27 de dezembro de 2024.

Certificate Of Completion

Envelope Id: 16ACCC2C-4576-41AF-B615-2C5EF06B20EA	Status: Completed
Subject: Complete with Docusign: DFs IHS Brasil 2024	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 48	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Marcos Galasso
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	marcos.galasso@pwc.com
	IP Address: 134.238.159.42

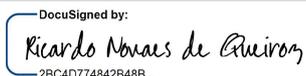
Record Tracking

Status: Original 28 March 2025 23:50	Holder: Marcos Galasso marcos.galasso@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 28 March 2025 23:54	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Ricardo Novaes de Queiroz
ricardo.queiroz@pwc.com
SÓCIO
Pwc BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature

DocuSigned by:

2BC4D774842B48B...

Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 134.238.160.20

Timestamp

Sent: 28 March 2025 | 23:51
Viewed: 28 March 2025 | 23:52
Signed: 28 March 2025 | 23:54

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC Certisign RFB G5

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Iago Pellegrino
iago.pellegrino@pwc.com
Security Level: Email, Account Authentication (None)
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via Docusign

COPIED

Sent: 28 March 2025 | 23:51
Viewed: 28 March 2025 | 23:56

Marcos Galasso
marcos.galasso@pwc.com
Security Level: Email, Account Authentication (None)
Electronic Record and Signature Disclosure:

COPIED

Sent: 28 March 2025 | 23:54
Viewed: 28 March 2025 | 23:54
Signed: 28 March 2025 | 23:54

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
--------------------	--------	-----------

Not Offered via DocuSign

Rosane Vedova
rosane.vedova@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication
(None)
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign



Sent: 28 March 2025 | 23:51
Viewed: 28 March 2025 | 23:56

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 March 2025 23:51
Certified Delivered	Security Checked	28 March 2025 23:52
Signing Complete	Security Checked	28 March 2025 23:54
Completed	Security Checked	28 March 2025 23:54

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------